

Democracia e liberdade em disputa nas redes: uma análise da tentativa de golpe de Estado no Brasil em 2023*

Claudio Luis de Camargo Penteado, Paulo Roberto Elias de Souza, Patrícia Dias dos Santos e Luana Hanaê Gabriel Homma

Recebido: 31 de março de 2025 | Aceito: 9 de julho de 2025 | Modificado: 8 de agosto de 2025
<https://doi.org/10.7440/res94.2025.02>

Resumo | Este artigo tem como objetivo identificar as formações discursivas mobilizadas no debate público on-line, mais especificamente na plataforma X (antigo Twitter), pelos usuários apoiadores e contrários à tentativa de golpe no Brasil conhecida como “atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023”. Nessa ocasião, um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiu e depredou as sedes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiros, com o intuito de contestar os resultados da eleição de 2022. Em uma sociedade digitalizada e plataformizada, o debate público on-line reflete as disputas políticas entre os grupos políticos, que buscam, por meio da publicação de conteúdos, influenciar a opinião pública e legitimar suas ações. A fim de compreender essa disputa, o artigo adotou uma estratégia metodológica em três etapas, que articulam técnicas computacionais de coleta de dados em plataformas digitais, análise de linguagem natural para identificar o posicionamento político dos usuários e modelagem de tópicos para formar clusters de termos, possibilitando o reconhecimento das principais formações discursivas presentes no debate on-line. O estudo se apoia nos referenciais teóricos e metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para analisar o conflito entre grupos políticos antagônicos. Para a análise, a pesquisa focou no estudo da disputa pelo sentido dos termos “democracia” e “liberdade”, entendidos como pontos nodais em torno dos quais os grupos articularam suas práticas discursivas. Os resultados indicam que os grupos favoráveis aos atos reivindicam a legitimidade da revolta popular e da intervenção militar como forma de defesa da democracia e da liberdade como um dever patriótico. Por sua vez, os grupos contrários defendem a democracia como um argumento para caracterizar os manifestantes de “golpistas” e “terroristas”, exigindo a punição dos responsáveis, e concebem a liberdade dentro dos limites das normas constitucionais.

Palavras-chave | Brasil; democracia; disputas discursivas on-line; golpe de Estado; liberdade

* Este artigo é resultado da pesquisa realizada no Observatório de Conflitos na Internet (OBSERVA) e na Universidade Federal do ABC, Brasil. Todos os autores contribuíram de igual forma para sua realização.

Democracia y libertad en disputa en las redes: un análisis del intento de golpe de Estado en Brasil en 2023

Resumen | El artículo tiene como objetivo identificar las formaciones discursivas movilizadas en el debate público en línea, más específicamente en la plataforma X (antes Twitter), por usuarios que apoyan y se oponen al intento de golpe de Estado en Brasil conocido como “actos antidemocráticos del 8 de enero de 2023”. En esa ocasión, un grupo de simpatizantes del expresidente Jair Bolsonaro invadió y vandalizó las sedes de los poderes Legislativo, Ejecutivo y Judicial brasileños, con el fin de impugnar los resultados de las elecciones de 2022. En una sociedad digitalizada y plattformizada, el debate público en línea refleja las disputas políticas entre grupos políticos, que buscan, a través de la publicación de contenidos, influir en la opinión pública y legitimar sus acciones. Para comprender esta disputa, el artículo adoptó una estrategia metodológica en tres etapas, que combinan técnicas computacionales para la recolección de datos de plataformas digitales, análisis del lenguaje natural con el fin de identificar la posición política de los usuarios y modelado de temas orientado a formar agrupamientos de términos, lo que permite el reconocimiento de las principales formaciones discursivas empleadas en el debate en línea. El estudio se basa en los referentes teóricos y metodológicos de la teoría del discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe para analizar el conflicto entre grupos políticos antagónicos. La investigación se centró en el estudio de la disputa sobre el significado de los términos *democracia* y *libertad*, entendidos como puntos nodales en torno a los cuales los grupos articulan sus prácticas discursivas. Los resultados indican que los grupos favorables a los hechos reclaman la legitimidad de la revuelta popular y la intervención militar como formas de defender la democracia y la libertad, y las consideran como un deber patriótico. A su vez, los grupos opositores defienden la democracia como argumento para caracterizar a los manifestantes como “golpistas” y “terroristas”, exigiendo el castigo de los responsables, y conciben la libertad dentro de los límites de las normas constitucionales.

Palabras clave | Brasil; democracia; disputas discursivas en línea; golpe de Estado; libertad

Democracy and Freedom in Dispute on Social Media: An Analysis of the Attempted Coup in Brazil in 2023

Abstract | This article examines the discursive formations mobilized in the online public debate on X (formerly Twitter) by users who supported or opposed the attempted coup in Brazil, known as the “anti-democratic acts of January 8, 2023.” On that day, supporters of former president Jair Bolsonaro invaded and vandalized the headquarters of the Legislative, Executive, and Judicial branches in an effort to overturn the results of the 2022 elections. In a digitalized and platform-driven society, online debate mirrors political struggles between opposing groups, who use the circulation of content to influence public opinion and legitimize their actions. To investigate this dispute, the study adopted a three-stage methodological strategy: computational techniques to collect digital platform data, natural language processing to identify users’ political positions, and topic modeling to group terms and reveal the main discursive formations shaping the online debate. The analysis draws on Ernesto Laclau and Chantal Mouffe’s discourse theory to interpret the conflict between antagonistic political groups. The research focused on the contested meanings of democracy and freedom, understood as nodal points around which discursive practices are articulated. The findings indicate that groups supportive of the events framed popular revolt and military intervention as patriotic duties in defense of democracy and freedom, while opposing groups appealed to democracy to classify demonstrators as “coup plotters” and “terrorists,” demanding accountability and conceiving of freedom within constitutional boundaries.

Keywords | Brazil; democracy; online discursive disputes; coup d’état; freedom

Introdução

A tentativa de golpe de Estado promovida por grupos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi chamada pela imprensa brasileira de “atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023”¹, ficou marcada na história como um dos mais sérios golpes à democracia após o processo de redemocratização de 1985. A invasão da Praça dos Três Poderes, em Brasília, por milhares de apoiadores do ex-presidente, inconformados com a derrota de seu candidato, levou à depredação dos prédios do Congresso Nacional (Legislativo), do Palácio da Alvorada (Executivo) e do Supremo Tribunal Federal (Judiciário). O atentado representou o último ato do trágico ciclo eleitoral das eleições presidenciais de 2022, reforçado por discursos de ódio e difusão de desinformação contra as instituições democráticas, em especial contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Santos *et al.* 2023) e contra a confiabilidade das urnas eletrônicas (Miranda e Penteado 2024).

Alguns analistas comparam e associam esse acontecimento² com a invasão do Capitólio nos Estados Unidos em janeiro 2021, na qual apoiadores do então ex-presidente Donald Trump invadiram o prédio do legislativo estadunidense para protestar contra a vitória de Biden (Caffagni *et al.* 2024), representando um momento de radicalização da extrema direita mundial (Kydd 2021) e a existência de paralelos com os movimentos fascistas históricos (Grischke 2024).

Jair Bolsonaro (Partido Liberal), ex-presidente e candidato derrotado, em sua retórica antissistema, típica de populistas de extrema direita, já realizava ataques às urnas eletrônicas por meio da disseminação de desinformação nas redes sociais, alegando a existência de fraudes nas eleições de 2018, quando foi vitorioso (Recuero 2020). Seu governo foi marcado por declarações de enfrentamentos às instituições democráticas, principalmente em relação aos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), às corporações da mídia de referência e aos adversários políticos, levando a um processo de degradação política e enfraquecimento das instituições democráticas (Avritzer *et al.* 2021).

Em 8 de julho de 2022, no período de campanha eleitoral, Bolsonaro convocou os embaixadores estrangeiros para uma reunião para denunciar a existência de fraudes no sistema eleitoral brasileiro, sem, contudo, apresentar evidências de suas alegações. Essa reunião ajudou a reforçar a narrativa de perseguição do TSE à sua reeleição e de um favorecimento à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), provocando reações de indignação e desconfiança em relação à atuação do STF entre seus apoiadores (Ferreira *et al.* 2023).

Com a vitória de Lula da Silva, no segundo turno, por uma pequena margem de votos (50,9% a 49,1% dos votos válidos [TSE 2022]), apoiadores do derrotado começaram a se mobilizar para protestar contra os resultados das eleições sob a alegação de fraudes. Inicialmente, os grupos bolsonaristas fizeram bloqueios nas estradas em diversas regiões do país e acamparam em frente aos quartéis, pedindo a intervenção militar. A partir desses acampamentos e do uso das plataformas digitais para a difusão de narrativas desinformativas conspiratórias — que vão desde fraudes nas urnas até uma interpretação do artigo 142 da Constituição brasileira que justificaria a atuação militar (Aguilar e Carvalho 2024) —, os apoiadores de Bolsonaro organizaram os atos de 8/1, uma semana após a posse de Lula, que culminaram com a destruição do patrimônio público e histórico, contando ainda com a conivência de setores das forças policiais, que facilitaram as ações dos grupos antidemocráticos (Caffagni *et al.* 2024).

1 O acontecimento é citado neste texto como 8/1.

2 Por acontecimento, entende-se “algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce” (Žižek 2017, 8).

Os eventos de 8/1 no Brasil se inserem em uma nova configuração política, na qual as plataformas digitais desempenham um papel central na difusão da desordem informacional, que colocam em risco a credibilidade das instituições democráticas (Mendes *et al.* 2024). Além disso, essas plataformas atuam na operacionalização de ações políticas off-line, como no caso em estudo, em que as plataformas sociais funcionaram como espaço de articulação de grupos políticos organizados em torno do código “festa da Selma”³, utilizado para planejar caravanas e divulgar vídeos da invasão a Brasília (Dalmolin e Mathias 2024; Grischke 2024; Mendes *et al.* 2024). As redes sociais ainda se configuram como arena de disputa pela opinião pública, na qual atores políticos buscaram justificar e legitimar suas ações (Penteado e Cruz Junior 2019) por meio do embate discursivo sobre os significados atribuídos aos acontecimentos (Vinha *et al.* 2020; Penteado *et al.* 2021).

Dalmolin e Mathias (2024), ao estudarem o papel das plataformas na tentativa de golpe de 8/1, apontam que, dentro das comunidades bolsonaristas on-line, já existia, desde as primeiras semanas de janeiro de 2023, a construção discursiva de “descrença e indignação” e a esperança de reverter o resultado da eleição. Mobilizados por um discurso de “defesa da democracia”, os manifestantes publicaram vídeos e imagens do “povo” ocupando Brasília, como uma expressão de uma grande mobilização popular com a qual os manifestantes buscariam salvar o Brasil da ameaça comunista e construir um futuro melhor (Ruedell 2024).

A representação de um “povo”, expressa nas mensagens publicadas no X, refere-se a uma construção discursiva que articula demandas políticas (cadeias de equivalência) de setores da sociedade e constitui um elemento ontológico do político (Mouffe 2015), no qual os grupos políticos disputam os significados dos acontecimentos de acordo com sua lógica diferencial e em antagonismo com seu adversário político (Laclau 2013). Em uma sociedade digitalizada e plataformizada como a brasileira, o debate público on-line se configura como um espaço de conflitos discursivos entre grupos políticos, marcados pela disputa dos significantes (vazios) pelos quais se articulam as cadeias de equivalência para a mobilização política (Pinto 2017) — no caso, para argumentar a favor da ocupação dos prédios públicos de um lado e, de outro, para afirmar a necessidade de as autoridades públicas atuarem na defesa das instituições democráticas.

A partir da compreensão do 8/1 como um acontecimento político (tentativa de golpe de Estado), com o qual as ações dos atores políticos buscam disputar discursivamente o significado dos atos ocorridos, pretende-se produzir uma leitura (fixação de um sentido) que organize as práticas sociais articuladas em torno de projetos políticos (Laclau e Mouffe 2015a). No caso específico, os apoiadores dos atos justificam suas ações (fixação do sentido) como um “ato de defesa da democracia” e expressão de “liberdade”, em defesa de um projeto político associado ao ex-presidente Bolsonaro. Por sua vez, as pessoas contrárias às ações dos manifestantes argumentam que as invasões representam uma “violação da democracia” e reforçam a necessidade de defender as instituições e o Estado democrático de Direito.

Nesse recorte, o artigo tem como objetivo identificar as formações discursivas mobilizadas (sentidos) no debate público on-line, mais especificamente na plataforma X, pelos grupos de usuários favoráveis e contrários ao evento. O estudo visa entender como os grupos extremistas que promoveram a invasão de prédios públicos associam discursivamente seus atos como “defesa da democracia” e quais os sentidos de “democracia” e “defesa da liberdade” mobilizados no debate on-line entre apoiadores e críticos.

3 O termo “Selma” faz alusão à selva, expressão usada por militares brasileiros antes de realizar alguma ação militar. O código foi usado para escapar dos dispositivos de controle das autoridades (Dalmolin e Mathias 2024).

Além disso, este estudo busca contribuir para a agenda de pesquisa da comunicação política ao incorporar aportes teóricos e metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe — ainda pouco explorados⁴ — na análise do debate on-line sob uma perspectiva do conflito, compreendido como uma dimensão essencial da política contemporânea. Pretende-se também avançar nos estudos dos atos antidemocráticos, indo além das estratégias de comunicação, do papel das plataformas na organização dos protestos e da difusão de desinformação acerca dos acontecimentos de 8/1 (Caffagani *et al.* 2024), bem como da escalada da radicalização política advinda dos grupos da extrema direita no país e na América Latina (Mayer 2023; Solano 2018).

O artigo está organizado em cinco partes além desta breve introdução. Na próxima seção, são apresentados os principais conceitos utilizados da Teoria do Discurso de Essex, que orientam a análise política das cadeias equivalenciais mobilizadas nas disputas sobre os sentidos do 8/1. Na seguinte, são expostas as principais abordagens sobre o acontecimento objeto deste estudo. A metodologia que combina técnicas computacionais de processamento de dados coletados de plataformas digitais e os aportes teóricos-metodológicos da Teoria do Discurso está descrita na Metodologia. Os resultados, com dados sobre o processamento e classificação automatizada do posicionamento político dos usuários, modelagem de dados e análise dos anagramas de cadeias de equivalências de “democracia” e “liberdade”, estão expostos na seção seguinte. Ao final, nas considerações finais, é apresentada uma síntese dos principais resultados do artigo.

Teoria do Discurso de Essex e análise da política

Neste artigo, a Teoria do Discurso de Essex é estruturada e adaptada como referencial teórico e metodológico para a análise do debate político em redes sociais. Entre os diversos campos de abordagens das teorias pós-estruturalistas, é na política que essa perspectiva, fundada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no trabalho referencial *Hegemonia e estratégia socialista* ([1985] 2013), se enquadra e se ocupa principalmente de analisar. Das principais categorias do também chamado “pós-marxismo” de Laclau e Mouffe, antagonismo e hegemonia são centrais para compreender a análise política pós-estruturalista, com foco nas práticas discursivas entendidas como constituidoras e organizadoras das relações sociais⁵. No entanto, para a compreensão de uma prática discursiva política, também são necessários outros conceitos caros aos autores, como heterogeneidade, lógica equivalencial e ponto nodal.

De acordo com Laclau e Mouffe (2015a, 219), “*hegemonia* é, simplesmente, um tipo de relação política, uma forma, por assim dizer, de política, mas não um lugar determinável na topografia do social. Em uma dada formação social, pode haver uma variedade de pontos nodais hegemônicos” (grifo nosso). Trata-se de uma radicalização do conceito, uma vez que estabelece a existência de uma multiplicidade de espaços sociais nos quais há disputas hegemônicas temporais, de forma contingente — articuladas com os elementos do contexto — e precária, — passível de ser dispersada e substituída por outra articulação hegemônica. Assim, “toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia” (Mouffe 2015, 17). A consequência dessa radicalização também transforma como se analisa uma totalidade social: o ponto de partida não é a

4 A Teoria do Discurso como referência teórica acaba se limitando a uma leitura simplista do fenômeno do populismo digital dentro da comunicação política.

5 Cabe destacar que, para Laclau e Mouffe (2015), não há separação entre as práticas discursivas e as não discursivas, como para Michel Foucault; assim, destaca-se que nada escapa da articulação discursiva.

sua homogeneidade, mas sim sua heterogeneidade lógica, como veremos mais adiante. Por sua vez, por *antagonismo*, entende-se a negatividade lógica e imediata à articulação hegemônica estabelecida:

O ponto fundamental é que o antagonismo é o limite de toda objetividade. Isto deve ser entendido em seu sentido mais literal: como afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, senão que é aquilo que impede a construção da objetividade enquanto tal. (Laclau 1993, 34)

A *heterogeneidade* manifesta-se na multiplicidade de diferenças reivindicadas na esfera pública — no caso deste artigo, na plataforma X. Os reclamantes, insatisfeitos, ressentidos ou frustrados com uma determinada formação hegemônica, expressam-se inicialmente de forma diferencial e constituem elementos que formam identidades marcadas pela complexidade e pela pluralidade de demandas não atendidas. A emergência do populismo de extrema direita na última década e meia trouxe outros exemplos, nos quais grupos como cristãos, homens, classe média, patriotas se articulam em oposição (antagonismo) a outros grupos sociais vistos como “beneficiários de políticas”. À direita ou à esquerda, esses grupos, quando mobilizados e articulados em um sistema estável de significados, estabelecem uma solidariedade mútua e vaga, tendo como ponto comum a oposição ao “Outro” que os frustra (Laclau 2011).

Quando esses elementos são articulados discursivamente em torno de uma identidade coletiva, entende-se que se trata de um *momento* de estabelecimento de uma lógica equivalencial, de homogeneização das diferenças por meio da produção de significantes vazios que nomeiam o “nós” e o “eles” e que estabelecem uma igualdade entre essas diferenças outrora dispersas. Um significante tendencialmente vazio:

[...] não deve ser analiticamente apreendido como conceito, mas como um “significante vazio” (no sentido antidescritivista) sem conteúdo previamente definido. Isso porque estamos diante de uma cadeia de equivalências⁶ tão heterogênea que, sem o esvaziamento (nunca completo) de sentidos precisos, os significados assumem a tarefa de hegemonizar o discurso popular, e sem isso o discurso torna-se impossível. (Lopes e Mendonça em Laclau 2013, 14)

Uma vez realizado esse processo, é possível identificar um ponto nodal significativo que tem como objetivo disputar o sentido do social contra outras forças antagônicas. No contexto do Brasil das eleições de 2022 e do subsequente evento de 8/1, são identificadas duas cadeias de equivalências: o bolsonarismo (favoráveis ao golpe de Estado) e a democrática (defesa do resultado das eleições e das instituições democráticas do Estado). Ambas as cadeias de equivalência trazem consigo diversos sentidos para outros significantes, é dizer: cadeias de equivalência são consequência, mas também orientadoras de práticas discursivas cotidianas da política brasileira. Elas articulam, com seus respectivos “povos”, os sentidos, as formas, os caminhos, os meios de realização das diversas demandas e da própria estrutura social e seus componentes de sustentação. Nesse ponto, é importante destacar que disputam sentidos de alguns significantes que são denominados aqui como “significantes flutuantes”.

Na Teoria do Discurso, todo significante é flutuante (ou seja, vazio), pois está permanentemente em disputa devido à sua característica contingente e precária. No entanto, é importante destacar, por razões explicativas, que os *significantes flutuantes* são estruturalmente diferentes dos *significantes vazios*, pois, em contextos de momentos ou acontecimentos políticos (como o caso estudado aqui), eles podem ser articulados

6 “Significantes vazios”, “cadeias de equivalências” e “pontos nodais” são conceitos utilizados com o mesmo sentido na Teoria do Discurso, como demonstra a própria citação e como ocorre no decorrer deste texto.

discursivamente por elos antagônicos e ressignificados por cada grupo político. Desse modo, ambas as cadeias de equivalência — “bolsonarismo” e “democrática” —, que se articulam de forma antagônica, disputam a fixação dos sentidos de “democracia” e “liberdade” durante os acontecimentos de 8/1.

O acontecimento de 8/1 no Brasil: ataque à democracia

Após a vitória de Lula em 30 de outubro de 2022, manifestaram-se os dois polos antagônicos mobilizados no Brasil: de um lado, os apoiadores de Lula, que foram às ruas para comemorar a vitória do petista; de outro, grupos bolsonaristas, inconformados com a derrota do então presidente Bolsonaro, organizaram acampamentos em frente a quartéis militares, promovendo ações de contestação ao resultado da eleição presidencial e reivindicando que as Forças Armadas (mais especificamente o Exército) intervissem para restabelecer a “ordem”. Essas manifestações on-line, associadas a outras estratégias de tomada de poder do “núcleo golpista”⁷, como revelou o inquérito da Procuradoria-Geral da República brasileira, tiveram como objetivo a organização e execução das manifestações em 8/1 que resultaram em invasões e danos às sedes dos três poderes da República: o Congresso Nacional (Legislativo), o Palácio do Planalto (chefe do Executivo) e o STF (Judiciário), a fim de criar condições para a legitimação de uma possível intervenção militar e um golpe contra o governo recém-empossado (Caffagni *et al.* 2024).

Na origem dos questionamentos, observa-se a hostilidade dirigida ao TSE e às urnas eletrônicas, julgadas como inseguras especialmente por apoiadores de Bolsonaro. Esses grupos recorreram às plataformas digitais para expressar sua raiva, difundir discursos de conspiração e alegar tanto perseguição a Bolsonaro quanto favorecimento da justiça eleitoral a Lula (Santos *et al.* 2023).

Investigações posteriores⁸ apontaram que os eventos antidemocráticos foram organizados por grupos que defendiam a intervenção ao governo eleito, alegando fraudes eleitorais, sem, no entanto, apresentar provas concretas. Após uma convivência inicial das forças policiais responsáveis pela segurança de Brasília, as autoridades públicas — em resposta aos atos de violência e depredação e com o objetivo de manter a estabilidade democrática — detiveram centenas de pessoas, acabaram com os acampamentos de manifestantes em frente ao Quartel General do Exército em Brasília e deram início às investigações para identificar e responsabilizar os envolvidos, incluindo possíveis financiadores e organizadores.

A tentativa de golpe de Estado vem sendo tema de diversos trabalhos acadêmicos, a partir de diferentes perspectivas e temáticas, apesar de seu caráter bastante recente. O artigo de Aguiar e Carvalho (2024) aponta a relevância da desinformação nas plataformas digitais para culminar nas manifestações, elencando algumas das notícias falsas levantadas para mobilizar os golpistas: a de que Lula estaria morto e teria sido substituído por um clone; de que a eleição teria acontecido a partir de fraude das urnas; e ainda de que haveria a possibilidade de mobilizar o artigo 142 da Constituição Federal para instaurar uma intervenção militar a pretexto de “restaurar a ordem”, mantendo Jair Bolsonaro no poder e conquistando novas eleições (Aguiar e Carvalho 2024).

7 A investigação da tentativa de golpe no Brasil conduzida pelas autoridades judiciais brasileiras identificaram a existência de um grupo de pessoas responsáveis pela organização das ações. Mais informações na reportagem da CNN Brasil (2025).

8 No dia 26 de março de 2025, o STF, após denúncia da Procuradoria-Geral da República, tornou réu Bolsonaro e mais sete pessoas ligadas a seu governo (incluindo três militares) por tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência, grave ameaça contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado (BBC News Brasil 2025). Em 11 de setembro de 2025, por 4 votos a 1, a primeira turma do STF condenou Jair Bolsonaro e os outros 7 réus no julgamento da trama golpista (Redação g1 2025b).

Grischke (2024) evidencia o apreço, por parte dos criadores e propagadores de notícias falsas, por temas polêmicos, que inflamem o ânimo da população, como pode-se observar nesse caso, a partir das narrativas de oposição ao uso das urnas eletrônicas, indicando que o pleito teria sido manipulado. Assim, entende-se que os atos de 8/1 são parte de uma “sociedade da desinformação”, que tem como novidade diante das informações falsas já antes divulgadas a “dinâmica de transmídia que aumenta seu alcance” (Mendes *et al.* 2024, 122). Nesse sentido, mostra-se extremamente relevante o uso das redes sociais e dos aplicativos de mensageria para articulação e divulgação. Estudos mostram que os atos foram organizados especialmente por aplicativos de mensagem, como WhatsApp e Telegram, mas também foram divulgados publicamente em redes sociais abertas, como é o caso do X, a partir do uso do termo “festa da Selma” (Mendes *et al.* 2024).

Como identificou e analisou Letícia Cesarino (2022), o uso de redes sociais e canais de mensageria articula-se por meio de estratégias populistas, que a autora conceitua como “populismo digital”. Este tem como característica a apropriação das lógicas algorítmicas das plataformas para a produção de enquadramentos maniqueístas — como no caso a oposição entre uma “classe política corrupta” e o “povo virtuoso”. Tal estratégia, combinada a outras, como o foco na forma em vez do conteúdo, e a construção da imagem de Bolsonaro como um representante antissistema, revelou-se bastante eficaz nos eventos que culminaram no 8/1.

No contexto dos atos antidemocráticos de 8/1, observamos essa dinâmica na construção de significantes vazios como “liberdade” e “democracia”, ressignificados para articular demandas heterogêneas em um projeto considerado *antiestablishment*. Cesarino (2022) destaca como a construção da imagem de Bolsonaro se fundamentou na articulação de diferentes identidades e na personalização algorítmica para seus seguidores, possibilitando que estes completassem os significantes vazios com seus próprios significados, dando força ao candidato e às narrativas ecoadas por ele e seus apoiadores: de fraude nas eleições, de colapso das instituições e de que teria o poder do povo ao seu lado. Esse processo encontra ressonância na análise de Rocha (2021) sobre a direita brasileira, que identifica, na combinação entre pautas morais conservadoras e retórica *antiestablishment*, um potente dispositivo de mobilização política.

Essas dinâmicas se materializam no 8/1, revelando a capacidade das plataformas em converter significantes vazios em ações coletivas coordenadas — uma estética política que tem nos protestos um espetáculo — e a formação de redes descentralizadas de desinformação que operam por meio de códigos compartilhados (“festa da Selma”). O caso em questão demonstra como o populismo digital não se limita a uma estratégia comunicacional, mas constitui uma forma de ação política na era das plataformas — uma que tensiona os limites institucionais da democracia representativa.

Grischke (2024) analisa os acontecimentos de 8/1 a partir dos conceitos de neofascismo e *fake news*, também evidenciando a relevância das redes sociais e aplicativos de mensageria para a manifestação. Grossini *et al.* (2023) também utilizam a categoria do fascismo para analisar os acontecimentos, associando as estratégias de comunicação on-line como parte fundamental para a estética do que consideram movimentos fascistas no Brasil e entendendo que as plataformas digitais estão no centro das manifestações de 8/1, avaliando a necessidade de um controle (regulação) dessas empresas. Além disso, os autores evidenciam a imagem do celular enquanto símbolo de arma contra o sistema, a partir da percepção de que o “povo”, transmitido pelas imagens dos aparelhos, estaria, de fato, nas ruas, e as redes sociais seriam uma forma de mostrar apoio popular a Bolsonaro e pressionar as Forças Armadas para uma intervenção militar. A literatura evidencia, ainda, a relevância das plataformas tanto na facilitação da interação (no caso, da mobilização política) entre pessoas quanto na influência na formação da opinião pública de forma estratégica, produzindo impactos políticos concretos (Mendes *et al.* 2024).

Enquanto ponto relevante nos trabalhos citados aqui, destaca-se a diferenciação entre os protestos ocorridos em 8/1 e os protestos democráticos, estabelecida pelo artigo de Mendes *et al.* (2024) a partir de nove chaves. Destas, ressaltamos o surgimento das manifestações, que não emergem de forma espontânea da sociedade civil, mas de grupos de interesse e de iniciativa privada (com objetivos políticos), os quais inclusive financiaram a mobilização, como descoberto em investigações; o uso de fatos advindos de desinformação para justificar os atos e a criação ou adesão a redes de desinformação; e o emprego de grupos privados ou termos codificados nas redes, como no caso de “festa da Selma”. A ação de grupos da extrema direita, que, no Brasil, estão articulados em torno do bolsonarismo, insere-se em uma estratégia de performatividade em detrimento da factualidade, construindo um processo que Cesarino (2022) denomina “inversão discursiva”, apoiado na lógica da visibilidade das plataformas digitais. A disputa não é sobre os fatos — como a legalidade da eleição de Lula —, mas sobre afetos e identidades associados aos acontecimentos políticos, expressos em formações discursivas que, no caso analisado neste artigo, correspondem a tuítes publicados no X.

Grossini *et al.* (2023) diferenciam também os levantes populares do levante de 8/1, destacando a forma como os grupos envolvidos recorrem a imagens de guerra de forma superficial, sem serem claramente explicitadas. Acrescenta-se ainda um elemento fundamental da dinâmica democrática: em uma eleição, quando todos os demais grupos derrotados reconhecem o resultado, exceto aquele que recorre à violência por não aceitá-lo, evidencia-se o caráter antidemocrático dessa postura.

Metodologia

Com o objetivo de estudar um acontecimento que, ao mesmo tempo, foi político e comunicacional, o artigo adotou uma estratégia metodológica dividida em três etapas, combinando, em uma abordagem interdisciplinar, técnicas computacionais de coleta de dados de plataformas digitais e análise de linguagem natural por meio de uma modelagem de tópicos, com os aportes teóricos e metodológicos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015a), adaptados para o estudo de conflitos políticos. A proposta metodológica de análise qualitativa discursiva tem o seguinte processo desconstrutivo: (i) contextualização do *momento* em que a análise se debruça; (ii) identificação da linha adversarial a partir do ponto nodal A; (iii) identificação do ponto nodal B; (iv) identificação, hierarquização e estruturação dos significantes privilegiados; (v) identificação dos significantes vazios; e (vi) apresentação reconstruída da disputa discursiva. Quando transferida essa lógica para a análise de redes, é importante notar que, quanto mais homogênea pareça uma rede, mais articulada em torno do significante privilegiado ela está; quanto mais heterogênea, menos articulada ela está.

Para o estudo, foi selecionada a plataforma X, importante espaço de disputa discursiva entre os atores políticos brasileiros (Ferreira *et al.* 2023; Recuero 2020). Nesse espaço, de um lado, os manifestantes e apoiadores do ato manifestaram suas posições políticas; de outro, usuários expressaram seu repúdio e indignação contra a tentativa de golpe e depredação do patrimônio público. A coleta de dados foi realizada em tempo real por meio da API do X, abrangendo tuítes publicados entre 18h30 e 0h do dia 8 de janeiro de 2023. Para isso, foram utilizados os termos: “invasão”, “ocupação”, “intervenção”, “manifestantes bolsonaristas”, “estado de sítio”, “invadir STF”, “Força Nacional”, “terroristas” e “supremo é o povo”. Ao todo, foram coletados 358.002 retuítes, provenientes de 165.824 tuítes originais. Os usuários fizeram, em média, 2,16 retuítes, com variação entre 1 e 83.

Em uma segunda etapa, para o processamento dos dados coletados, foi aplicada a metodologia de processamento de linguagem natural, que segue o modelo não supervisionado (automatizado), organizado em seis etapas, voltada para a identificação de posicionamentos políticos dos usuários e agrupamento de tópicos divididos em dois clusters (contrários e favoráveis aos atos de 8/1), conforme descrito por Santos e Goya (2022):

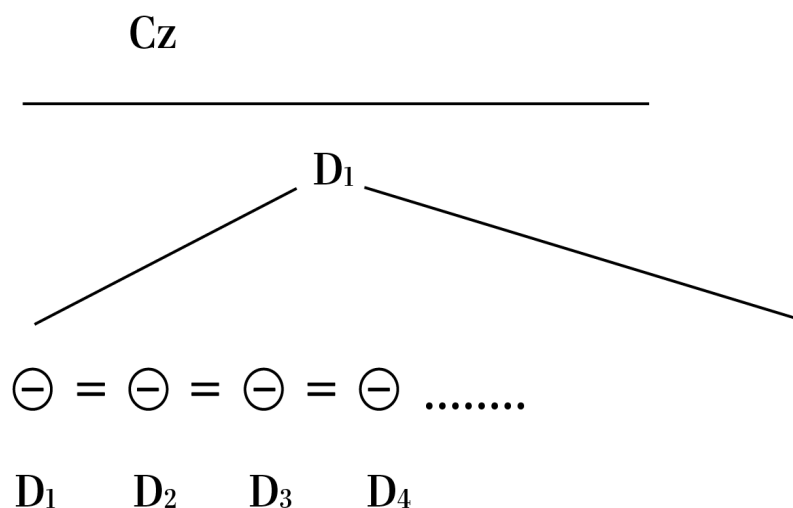
- i) aplicação de um método não supervisionado de detecção de posicionamento, agrupando os usuários em dois clusters polarizados com base nos usuários que eles retuitaram;
- ii) recuperação e normalização dos conteúdos retuitados em cada cluster, preparando os dados textuais para a modelagem de tópicos por meio da padronização, tokenização e remoção de textos duplicados;
- iii) realização de modelagem de tópicos de forma independente para cada cluster identificado, utilizando a técnica BERTopic (Grootendorst 2022), associada ao modelo BERTimbau, pré-treinado em português (Souza *et al.* 2020). Para orientar a formação dos tópicos em direção a eixos conceituais relevantes ao objeto de estudo, foram definidas *seed words* específicas: “democracia”, “democrático”, “democrática”, “constituição”, “liberdade”, “instituições”, “intervenção”, “golpe”, “terrorismo”, “patriotismo” e “patriota”. A seleção desses termos baseou-se em dois critérios principais: sua alta recorrência nos dados como marcadores discursivos de polarização política; e sua centralidade no debate público sobre democracia, institucionalidade e manifestações antidemocráticas. Essas palavras receberam peso cinco, o que implica que sua influência no cálculo da relevância dos termos foi cinco vezes superior à das demais. Esse ajuste direcionou a modelagem para destacar com mais ênfase às temáticas centrais ao objeto de estudo, favorecendo uma categorização discursiva mais sensível ao contexto político analisado. A segmentação por cluster permitiu capturar características específicas do discurso dentro dos grupos polarizados, assegurando que os tópicos refletissem corretamente as diferenças no posicionamento dos usuários;
- iv) identificação do posicionamento de cada cluster, por meio da comparação dos tópicos gerados com um dicionário previamente elaborado contendo termos recorrentes característicos dos grupos polarizados, sendo necessária a confirmação humana dos resultados obtidos;
- v) rotulação dos usuários menos vocais foi realizada por meio da técnica de atribuição automática baseada na valência dos posicionamentos dos usuários mais ativos, calculada segundo a equação proposta por Conover *et al.* (2011). Essa abordagem permite classificar os tuítes em uma escala contínua de polarização, variando entre -1 (muito contrário) e +1 (muito favorável);
- vi) caracterização do comportamento dos usuários rotulados, empregando duas métricas complementares — grau de equilíbrio e grau de engajamento. Essas métricas auxiliam a compreender a intensidade e o padrão de interação dos usuários no contexto analisado.

Em uma terceira etapa, a partir dos agrupamentos de tópicos dos usuários favoráveis e contrários aos atos de 8/1, a pesquisa realizou um estudo da disputa discursiva sobre o acontecimento político pela identificação de formações discursivas empregadas pelos grupos envolvidos por meio do referencial teórico da Teoria do Discurso de Essex. Isso tem como princípio fundamental a perspectiva de que a política se articula em torno da disputa pela hegemonia, na qual os atores políticos buscam disputar os significados por meio de práticas discursivas, pela mobilização de demandas sociais em torno de pontos

nodais, dentro de uma lógica adversarial organizada entre um “nós”, articulado por diferentes demandas (cadeia de equivalências), em oposição a um “eles”, um outro que representa uma ameaça política (Laclau 2011; Laclau e Mouffe 2015a; Mouffe 2019).

A partir dos pontos nodais “democracia” e “liberdade” (significantes privilegiados e flutuantes, pois em disputa no momento do acontecimento analisado), a pesquisa adaptou o diagrama de cadeia de equivalências proposto por Laclau (2013), representado na [figura 1](#), no qual o autor ilustra como os bolcheviques construíram suas demandas (Dx) em oposição ao Czar (Cz), a partir de dois planos antagônicos, construindo quatro diagramas de cadeia de equivalência (dois para cada grupo), articulados em torno dos pontos nodais citados acima.

Figura 1. Modelo de diagrama de cadeia de equivalências



Fonte: Laclau (2013, 196).

Resultados

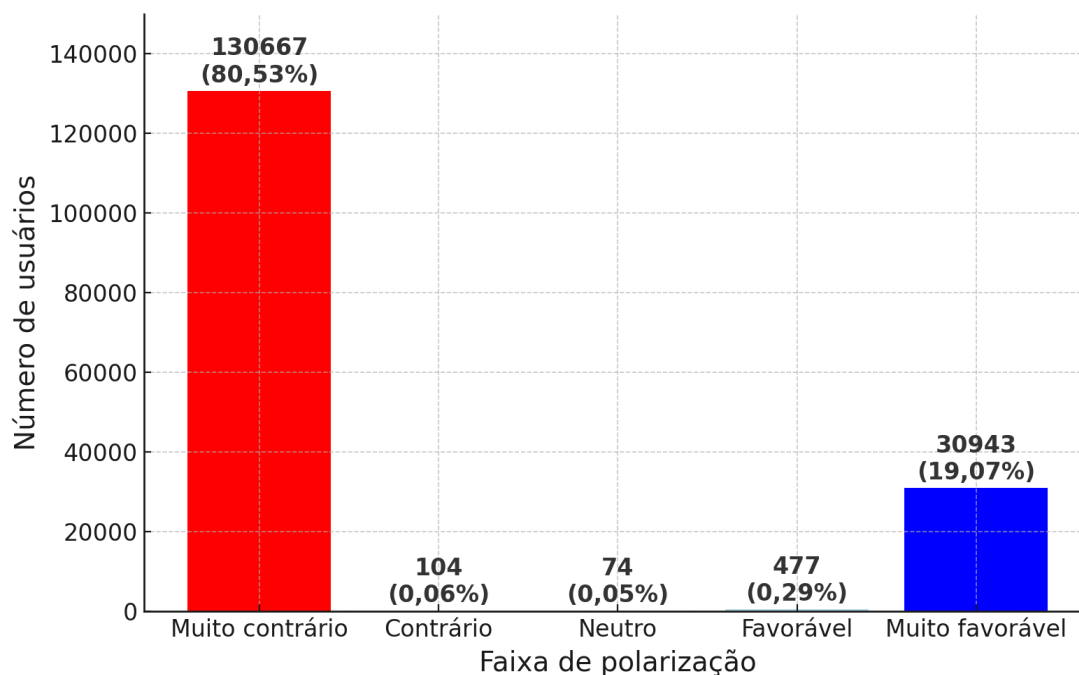
Nesta seção do artigo, apresentamos os resultados da análise do debate público no X dividido em três partes. A primeira parte apresenta um estudo do *dataset* dos tuítes coletados. Em seguida, apresentam-se os agrupamentos de tópicos organizados em dois clusters, um de usuários favoráveis e outro de contrários aos atos de 8/1. Para melhor compreensão dos dados, os agrupamentos foram organizados em três colunas: nome (identificação da temática mobilizada pelos tópicos), resumo com uma breve discussão da formação discursiva utilizada e exemplo de conjunto de termos que estão associados ao tópico. A terceira parte apresenta uma análise qualitativa das práticas discursivas e os diagramas de cadeia de equivalência dos grupos contrários e favoráveis aos atos, construídos a partir dos agrupamentos identificados pela modelagem de tópicos.

Análise do *dataset*

A partir do processamento da base de dados, utilizando um algoritmo de detecção de posicionamento político (Santos e Goya 2022), foi possível identificar uma predominância significativa de retuítes contrários aos atos antidemocráticos (75,7%), em comparação aos retuítes favoráveis (média = 24,3%). Ao todo, foram rotulados 162.265 usuários. A polarização observada, medida pela variável de valência de posicionamento, está representada na [figura 2](#) e revela uma concentração expressiva nos extremos da escala (muito contrário e muito favorável), evidenciando a formação de dois grupos politicamente polarizados.

As distribuições de retuítos indicam que a maioria dos usuários teve baixo volume de interações (64,4% dos usuários fizeram apenas um retuíte e 33,2% fizeram entre 2 e 10 retuítos), sendo relativamente raros os casos com alta atividade. De modo semelhante, o nível de engajamento também se mostrou reduzido para grande parte da amostra (87% dos usuários), com apenas alguns casos isolados apresentando engajamento elevado.

Figura 2. Distribuição dos usuários por faixas de polarização



Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados (2023).

Modelagem de tópicos

No [quadro 1](#), observa-se a identificação de seis formações discursivas principais: defesa da democracia I (foco na intervenção federal no governo do Distrito Federal ante a inação das forças policiais), prisões e criminalização (associação dos atos com terrorismo), invasão e ocupação de espaços públicos (relatos de vandalismo e destruição de patrimônio público e artístico), cobertura midiática (comentários sobre a cobertura da imprensa aos atos), comunicação digital e mobilização (pedidos para as pessoas identificar e denunciar os criminosos que participaram dos atos) e defesa da democracia II (defesa de punição rigorosa a todas as pessoas envolvidas).

Quadro 1. Agrupamento de tópicos mais representativos do cluster contrário aos atos

Nome	Resumo	Exemplo de conjuntos de termos agrupados a partir dos tuítes analisados
Defesa da democracia I	Discussões sobre defesa das instituições democráticas, liberdade e condenação de atos contra o Estado democrático	['intervenção federal área segurança distrito federal decretada nesse momento presidente república apenas começo responsabilização responsáveis grave ataque cometido contra instituições democracia dia', 'terroristas colocaram fogo viaturas polícia legislativa congresso sigam aqui Lula bolsonaristas Congresso Nacional Brasília patriotas vagabundos polícia golpistas bolsonarismo intervenção xandão autorizo doentes terrorismo supremo', 'Lula decretar intervenção segurança pública distrito federal sigam aqui lula bolsonaristas Congresso Nacional Brasília patriotas vagabundos polícia golpistas bolsonarismo intervenção xandão autorizo doentes terrorismo supremo']
Prisões e criminalização	Relatos e discussões sobre prisões, criminalização e responsabilização dos envolvidos nos atos considerados terroristas	['urgente agu pede supremo prisão flagrante secretário segurança pública DF envolvidos atos terroristas Brasília'] ['momento 150 bolsonaristas radicais presos flagrante dentro congresso nacional número aumentar', 'Brasil momento 150 terroristas presos flagrante número aumentar', 'Valdo Cruz informa globo 150 terroristas presos flagrante número aumentar']
Invasão e ocupação de espaços públicos	Relatos e detalhes sobre os eventos de invasão e ocupação física dos prédios públicos em Brasília	['óbvio arte alvo fascistas bolsonaristas deram diversas facadas quadro Di Cavalcanti', 'terroristas destruíram obras arte tela pintor Di Cavalcanti história arte alvo agentes trevas', 'destruição catastrófica prejuízos incalculáveis obras arte foto obra Di Cavalcanti esfaqueada terroristas'] ['patriotas destroem patrimônio público tirando recursos população poderiam outras áreas educação saúde', 'ato patriotismo patriotas quebram pátria', 'isso patriotas pegaram conceito certinho patriotismo destruir patrimônio público']
Cobertura midiática	Comentários e críticas sobre como a mídia retratou e divulgou os acontecimentos em Brasília	['pesquisa quæst 18h calor redes população reage tristeza medo desgosto invasões depredações STF planalto congresso nacional', 'principais emissoras tv cobrindo atentado democracia neste momento diferença Globo GloboNews terroristas CNN criminosos SBT news golpistas Record News manifestantes', '17h41 bolsonaristas Recordtv SBT Rede TV ignoram tentativa golpe Brasília Band exibe flashes apenas Globo grandes redes cobre ataques terroristas Brasília íntegra'] ['Globo usando termos criminosos terroristas vândalos primeira vez contra ultradireita histórico anos atraso', 'pessoal importante referirmos ato atores terrorismo terroristas podemos esquecer', 'meses mobilizações terroristas qualquer punição iam virar algo assim consequência direta especialmente atentados dezembro terem passado brancas nuvens']
Comunicação digital e mobilização	Conteúdos relacionados à mobilização digital, às denúncias e às estratégias de comunicação nas redes sociais	['🚨 ajude identificar criminosos atuam Brasília vandalismo depredação sedes STF Planalto Congresso 🚨 gravando lives exibindo redes sociais veículos comunicação cobrindo 🍌'] ['dica peguem tweets terroristas incentivando atentados joguem web archive seguindo cartilha Donald Trump vão colar tese infiltrado', 'urgente ajude identificar terroristas façam prints mostrando rosto criminosos invadiram sedes STF Planalto Congresso postem aqui comentários imagens prints vamos paguem crimes comentando', 'vamos simplificar poste aqui nesse tweet prints possíveis mostrem rosto envolvidos invasão terrorista congresso nacional responder aqui anexar imagem bora criar listinha facilitar trabalhos']

Nome	Resumo	Exemplo de conjuntos de termos agrupados a partir dos tuítes analisados
Defesa da democracia II	Discussões sobre defesa das instituições democráticas, liberdade e condenação de atos contra o Estado democrático	[‘daqui diante política tolerância zero turma terroristas golpistas ditadura’, ‘anistia punição bolsonaristas civis policiais empresários membros antigo governo federal’, ‘defensores democracia liberdade bando terroristas’] [‘cenas aconteceram Brasília neste domingo entristecem principalmente trazem indignação àqueles respeitam democracia civilidade republicana’, ‘cúpula judiciário repudia atos vandalismo Brasília membros suprema corte tribunais superiores país publicaram nota conjunto contra atos vandalismo deste domingo leia’, ‘nota instituições públicas ensino rio janeiro manifestam repúdio contra atos antidemocráticos ocorridos neste domingo Brasília’]

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados (2023).

No [quadro 2](#), com o agrupamento de tópicos do cluster dos usuários favoráveis aos atos, observamos a identificação de seis principais formações discursivas: apoio à intervenção militar e ao golpe (defesa da intervenção militar e ruptura institucional), atos de invasão e ocupação (reação popular à fraude eleitoral que deu vitória a Lula, por meio de teorias da conspiração), mobilização e comunicação digital (convocação para as pessoas/patriotas pararem o país), defesa do patriotismo e liberdade (atos como manifestação de liberdade e patriotismo), reações policiais e resistência (vitimização ante a reação violenta da política para conter os manifestantes) e narrativas alternativas e contestação (culpabilização de “infiltrados” de esquerdas pela depredação e violência dos atos).

Quadro 2. Agrupamento de tópicos mais representativos do cluster favorável aos atos

Nome	Resumo	Exemplo de conjuntos de termos agrupados a partir dos tuítes analisados
Apoio à intervenção militar e ao golpe	Apoio explícito à intervenção militar, defesa do patriotismo e da ruptura institucional	[‘precisamos Brasília MST CUT petista quebraquebra 08012023 artigo constituição federal emana povo exerce meio representantes eleitos diretamente termos desta constituição 🇧🇷’, ‘1º Constituição Federal 1988 parágrafo único “emana povo exerce meio representantes eleitos diretamente termos desta constituição” 080123 Brasília’, ‘parte II 1º Constituição Federal 1988 parágrafo único “emana povo exerce meio representantes eleitos diretamente termos desta constituição” 08012 Brasília’] [‘intervenção militar poderes’]
Atos de invasão e ocupação	Descrições favoráveis das invasões e ocupações como atos patrióticos ou legítimos, pela mobilização de teorias da conspiração de fraude eleitoral	[‘milhões vamos aceitar volta dessa turma décadas roubam país vamos lotar congresso nacional exigir constituição auditoria urnas revisão processo eleitoral totalmente usurpado favor ladrão’, ‘esquerda apoia bandidos polícia apoia pessoas honestas vamos congresso nacional exigir constituição auditoria urnas revisão processo eleitoral totalmente usurpado favor ladrão prisão fraudou eleições’]
Mobilização e comunicação digital	Comunicação digital favorável aos atos, com convocatórias à mobilização	[‘parar aeroportos portos refinarias estradas querem país volta parem abram façam vídeos hora data local chamem patriotas região espalhem grupos Brasília início’, ‘parar aeroportos portos refinarias estradas querem país volta parem abram façam vídeos hora data local chamem patriotas região espalhem grupos Brasília início’] [‘online aqui Brasília convocação geral patriotas pedestres caminhoneiros agronegócio pecuária ciclistas etc hora vamos lutar sai casa rua bandeira gr3v3 g3ral venc3mos @omunimo sofr3mos cons3quência’]

Defesa do patriotismo e da liberdade	Defesa do patriotismo, da liberdade e do questionamento das ações contra manifestantes bolsonaristas	['o80123 🇧🇷 70° dia Brasília-DF Esplanada ministérios 🕒 1640h patriotas escoltando protegendo policial desgarrado tropa choque durante ocupações populares'] ['o80123 patriotas cantando parecem ordeiros seguindo direito livre manifestação constituição oq acha', 'polícia DF indo armada dentes "combater" manifestantes patriotas esplanada vão atirar povo filmei DF, 'policial pau mandado alguns respeitam povo sabem luta justa']
Reações policiais e resistência	Denúncias sobre repressão policial ou resistência favorável aos manifestantes	['helicóptero polícia federal dispara bombas gás lacrimogêneo contra terroristas ocupam gramado congresso veja', 'FFAA congresso nacional proteger população nuvem gás lacrimogêneo polícia atirando povo atacando pessoas chegou hora exército proteger', 'urgente neste exato momento manifestantes feridos passando mal após polícia militar DF usarem força gás lacrimogênio repelir protestantes idosos vítimas']
Narrativas alternativas e contestação	Construção de narrativas alternativas aos eventos, questionando a versão oficial dos fatos	['infiltrados petistas arruaça Brasília culpar bem esquerda queria decretar intervenção didireita tiraram manifestantes pacíficos frente QG inconsequentes'] ['planejado ajudem divulgar infiltrados senão vamos perder batalha Brasília redes sociais ajudem', 'planejado ajudem divulgar infiltrados senão vamos perder batalha Brasília redes sociais ajudem']

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados (2023).

Após a análise dos agrupamentos de tópicos, apresentados nos quadros 1 e 2, é possível notar em relação ao vocabulário “mobilizados” que o cluster contrário possui um vocabulário mais amplo e variado, abrangendo mais contextos distintos, sugerindo maior diversidade discursiva, enquanto o cluster favorável apresenta um vocabulário mais focado, com temas relacionados diretamente à intervenção, a manifestações e expressões de apoio aos atos, o que indica maior especificidade contextual. Assim, é possível classificar os clusters da seguinte forma:

- i) Heterogeneidade (usuários contrários aos atos) — o cluster contrário demonstra maior heterogeneidade discursiva, abordando contextos como segurança pública, ações jurídicas, cobertura jornalística, além de expressões claramente contrárias aos atos, indicando um espectro amplo de oposição;
- ii) Homogeneidade (bolsonarista) — o cluster favorável revela maior homogeneidade, com tópicos predominantemente ligados ao discurso pró-intervenção, expressões favoráveis às ações ou contestação das críticas direcionadas ao movimento bolsonarista.

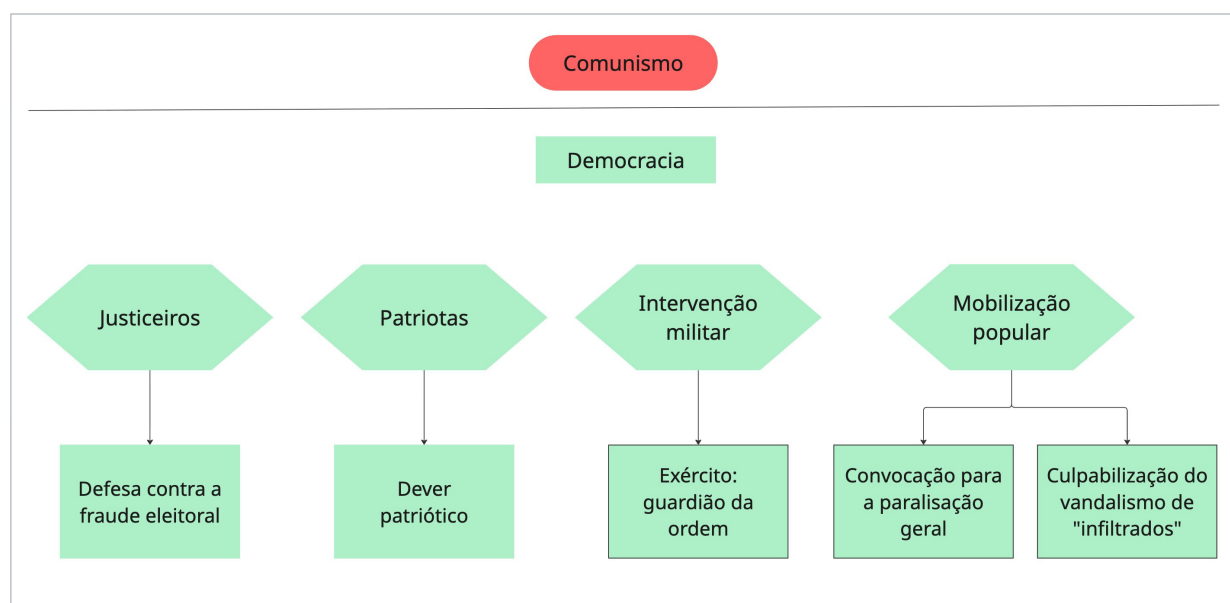
Análise qualitativa discursiva

Os atos de 8/1 podem ser considerados um acontecimento político, no qual os grupos políticos — divididos entre aqueles que não aceitaram o resultado eleitoral e os que se posicionaram em defesa do processo eleitoral — disputaram, por meio de práticas discursivas⁹, o significado desse evento (golpe), utilizando textos, vídeos, imagens e outros recursos publicados na plataforma X. Nesse sentido, o artigo apresenta uma análise dessa disputa a partir da identificação dos pontos nodais (significantes privilegiados) pelos quais os grupos buscaram legitimar suas ações: golpe de Estado e defesa da democracia.

9 Para Laclau e Mouffe (2015a), as práticas discursivas não se limitam ao discurso, mas envolvem uma série de práticas sociais e políticas que se articulam por meio da produção de significado, conferindo-lhes sentido.

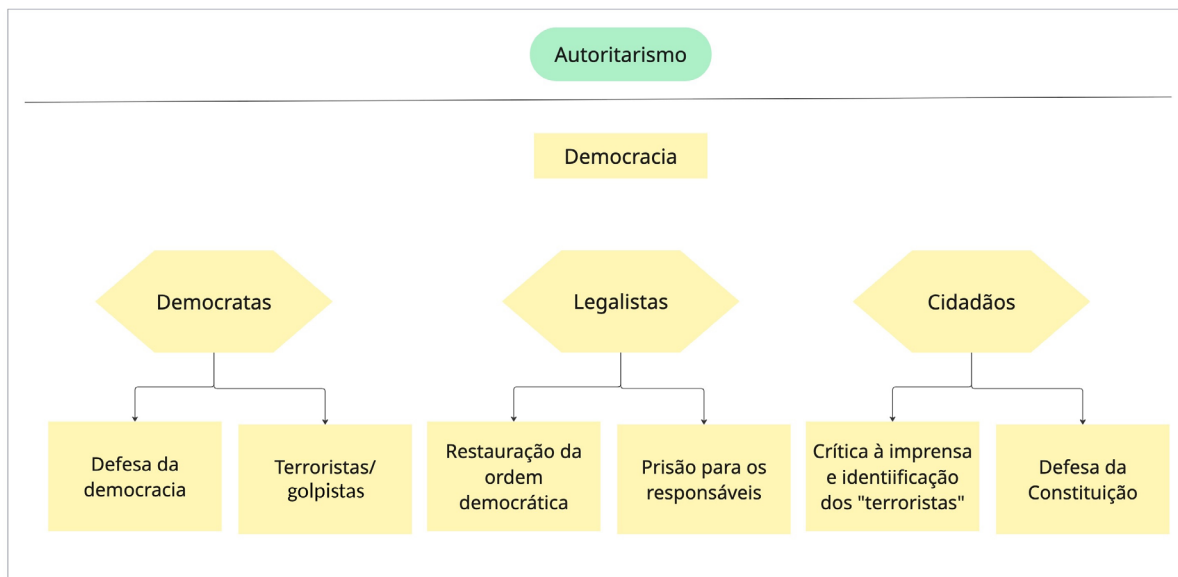
A partir dos pontos nodais “democracia” e “liberdade”, foram criados quatro diagramas que representam graficamente como cada grupo político (dividido aqui entre apoiadores e contrários aos atos) procura mobilizar demandas e formações discursivas na disputa por esses significantes. Pode-se observar, na [figura 3](#), que a mobilização do significativo “democracia” se articulou em torno das demandas de justiça contra a fraude nas eleições (uso de formações discursivas que sinalizaram ter havido uma fraude nas urnas eletrônicas), patriotismo (invasão dos prédios como dever patriótico de lutar pela democracia), defesa de intervenção militar para recuperar a democracia perdida pela fraude nas eleições (atribuição do Exército como guardião da ordem), a mobilização popular para a adesão do “povo” aos protestos (convocação para uma paralisação geral) e a atribuição de culpa a petistas infiltrados que seriam os “inimigos da democracia”. Todos esses significantes se articulam em oposição a um “outro”, associado a uma ameaça do “comunismo”, representado pelo governo Lula, eleito em 2022.

Figura 3. Diagrama de cadeia de equivalência “democracia” dos apoiadores dos atos



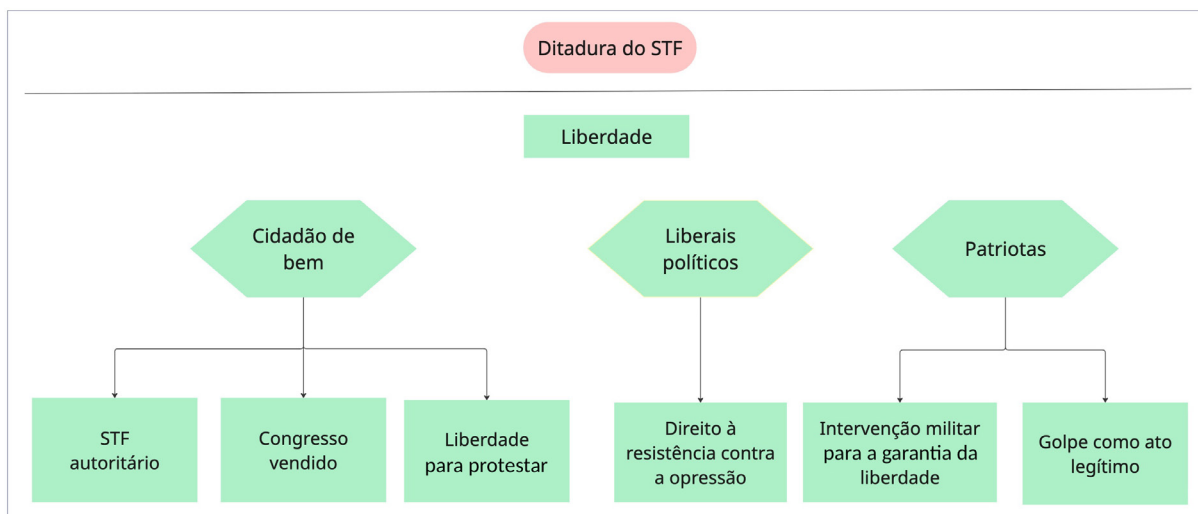
Fonte: elaboração própria.

O diagrama de cadeia de equivalência em torno do significativo “democracia” dos grupos contrários ao golpe ([figura 4](#)) se articulou a partir de três tipos de demandas: (i) de democratas, que mobilizaram formações discursivas de defesa da democracia e denominaram os participantes como “terroristas” e “golpistas”; (ii) legalistas, que publicaram textos em que se pediam a restauração da ordem democrática e a prisão dos responsáveis; e (iii) cidadãos brasileiros, que expressaram críticas à cobertura da imprensa e ressaltaram a importância da defesa da Constituição e das instituições democráticas. Essas demandas convergem na defesa da democracia, ameaçada pelo autoritarismo representado pela possibilidade de golpe de Estado e intervenção militar para a deposição do presidente eleito.

Figura 4. Diagrama de cadeia de equivalência “democracia” dos grupos contrários aos atos

Fonte: elaboração própria.

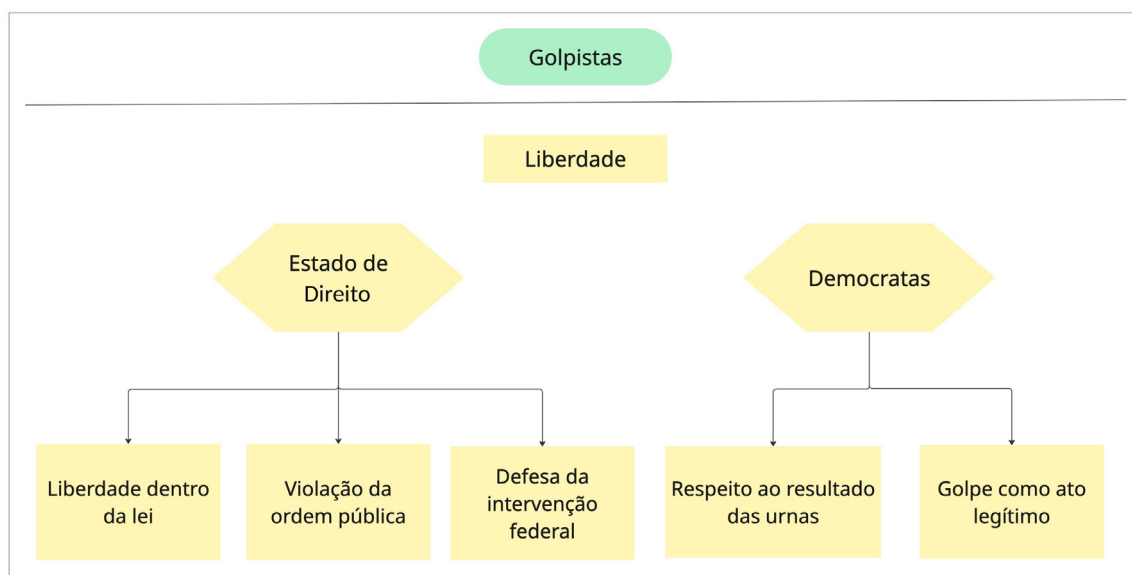
O diagrama de cadeia de equivalência de “liberdade” dos grupos apoiadores das invasões (figura 5) se articula em torno das demandas dos “cidadãos de bem” (autodenominação de setores alinhados ao bolsonarismo), que mobilizam o discurso antissistema por meio de ataques às instituições democráticas, valendo-se de tópicos contra o autoritarismo do STF, contra a corrupção do congresso e em defesa da liberdade (como um direito) para a realização de protestos. Trata-se, por um lado, de grupos de liberais políticos que reivindicam o direito de resistência à opressão (presente no pensamento clássico de John Locke) e, por outro, de grupos patriotas que recorrem a formações discursivas em defesa da intervenção militar como estratégia para garantir a liberdade ante a opressão de instituições consideradas corrompidas, bem como a legitimidade entendida como expressão do dever dos defensores da pátria ameaçada. Assim, as demandas dos apoiadores dos atos articulam o discurso de que “liberdade” para agir constitui uma forma de reação à suposta ditadura do STF.

Figura 5. Diagrama de cadeia de equivalência “liberdade” dos apoiadores dos atos

Fonte: elaboração própria.

Além disso, os grupos contrários aos atos articulam o significante “liberdade” em torno de duas demandas: por um lado, a defesa do Estado de Direito, na qual a liberdade está associada à atuação dentro das leis, ao cumprimento e manutenção da ordem pública (prisão para terroristas e golpistas) e à defesa da intervenção federal como forma de evitar o golpe de Estado; por outro, as demandas de grupos democratas que mobilizam significantes que vinculam a liberdade ao respeito ao resultado das urnas, buscando impedir a tentativa de golpe de Estado e a intervenção militar, como representado na [figura 6](#). Para os grupos contrários aos atos, a “liberdade” aparece ameaçada pela ação dos golpistas.

Figura 6. Diagrama de cadeia de equivalência “democracia” dos grupos contrários aos atos



Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

A partir dos resultados apresentados acima, é possível verificar que, apesar dos grupos de WhatsApp e Telegram terem desempenhado um papel central na organização dos atos de 8/1, como mostra o estudo de Mendes *et al.* (2024), os dados da análise dos retuítes apontam uma reação espontânea, com nível baixo de engajamento, dos usuários do X no debate sobre o acontecimento. Isso porque a maioria dos usuários se manifestou contra os atos, reagindo com surpresa e indignação às cenas e informações sobre a invasão dos prédios dos Três Poderes, em Brasília.

A mobilização da Teoria do Discurso de Essex, adaptada para o estudo do debate público on-line, contribui para comprovar e demonstrar a contingência e precariedade dos significantes políticos “democracia” e “liberdade”, especialmente em contextos de crises hegemônicas da democracia liberal, como o que vem ocorrendo há pouco mais de uma década no Brasil, mas também em boa parte das democracias liberais tanto latino-americanas quanto do Norte global. Os termos “democracia” e “liberdade” são pilares normativos da democracia liberal; contudo, como mostra o referencial da Teoria do Discurso, seus sentidos podem ser disputados por meio de práticas discursivas (no caso deste estudo, as publicações no X) pelos atores políticos em torno de suas identidades políticas, principalmente em espaços de debates públicos on-line.

A análise dos agrupamentos de tópicos das publicações indica que, apesar da diversidade de formulações discursivas presentes no debate público on-line, é possível perceber que os grupos favoráveis aos atos mobilizam, inicialmente, o sentido que a ação representava

um movimento democrático, do “povo” e de “patriotas” contra a ameaça comunista, associada ao Partido dos Trabalhadores, a movimentos sociais e à esquerda em geral. Esse enquadramento combinava imagens da população ocupando o Congresso Nacional, da convocação para os patriotas tomarem as ruas e de pedidos de intervenção militar. Em um segundo momento, quando começa a reação das autoridades públicas, o discurso se desloca para a defesa da liberdade de manifestação como um dever patriótico (identidade política do bolsonarismo), sendo a reação institucional considerada violência e repressão contra os manifestantes “pacíficos”. Outra narrativa bastante circulada foi a de que os atos de violência e depredação eram de responsabilidade de “petistas infiltrados”. Essas narrativas dialogam com os estudos apresentados na obra organizada por Caffagni *et al.* (2024).

Já no agrupamento de pessoas contrárias aos atos de Brasília, observa-se que, na discussão on-line, as formulações discursivas expressaram uma preocupação com a defesa da democracia ameaçada por “terroristas” e “golpistas”, narrativas centradas na destruição do patrimônio público e na necessidade de conter os manifestantes e evitar a tentativa de golpe de Estado. Com o início da intervenção federal e das prisões, os discursos se deslocaram para a responsabilização dos envolvidos e para a mobilização da população a fim de identificar os criminosos, articulando-se em torno da defesa de uma liberdade vinculada à legalidade constitucional.

Os dados apresentados neste artigo ilustram como ambos os grupos justificaram suas práticas discursivas na disputa pela formação da opinião pública nas plataformas digitais em torno de ações em defesa da democracia e da liberdade, mesmo para os grupos bolsonaristas, que agiram contra as normas da Constituição brasileira. Para estes, seus atos eram justificados como um dever patriótico de lutar contra uma “injustiça”, não reconhecendo a legalidade das eleições e das instituições democráticas do país.

A reação rápida das instituições judiciais brasileiras — com a prisão dos envolvidos e com a abertura de investigação criminal contra os responsáveis pela tentativa de golpe (entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro e um grupo de militares), bem como contra os manifestantes detidos pelos crimes do 8/1 — impediu a concretização do intento golpista. Apesar da rejeição por parte da maioria da população brasileira (Redação g1 2025a), ainda persiste no debate público e político a mobilização discursiva para ressignificar as ações ocorridas no 8/1¹⁰. Esse cenário evidencia que a crise democrática no Brasil — assim como na maior parte das democracias liberais — ainda não possui um horizonte seguro de estabilidade, o que ressalta a importância da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe para compreender as disputas discursivas e as ressignificações da própria democracia na era das redes sociais.

Referências

1. Aguiar, Tiago e Giulia Siqueira Gomes de Carvalho. 2024. “Narrativas da tentativa de golpe de Estado no Brasil em 8 de janeiro de 2023: uma análise à luz da transitividade escalar”. *Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU* 15 (2): 122-139. <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/4924>
2. Avritzer, Leonardo, Fábio Kerche e Marjorie Marona. 2021. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. São Paulo: Autêntica Editora.
3. Boechat, Gabriela. 2025. “PGR pede condenação de Bolsonaro e mais sete; quem é quem no plano de golpe”. *CNN Brasil*, 15 de julho de 2025. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pgr-pede-condenacao-de-bolsonaro-e-mais-sete-quem-e-quem-no-plano-de-golpe/>
4. Caffagni, Lou, Isabel Löfgren, Gizele Martins e Paola Sartoretto, eds. 2024. *The Planalto Riots: Making and Unmaking a Failed Coup in Brazil*. Amsterdam: Institute of Network Cultures/ Amsterdam University of Applied Sciences.
5. Cesarino, Leticia. 2022. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.

10 No momento da finalização do artigo, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, pressionava o Estado brasileiro para retirar as acusações contra Jair Bolsonaro.

6. Conover, Michael, Jacob Ratkiewicz, Matthew Francisco, Bruno Goncalves, Filippo Menczer e Alessandro Flammini. 2011. "Political Polarization on Twitter". *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media* 5 (1): 89-96. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v5i1.14126>
7. Dalmolin, Aline Roes e Maria Eduarda Mathias. 2024. "The Green-and-Yellow Black Box: Mobilization on Platforms Toward the Attempted Coup on January 8, 2023". Em *The Planalto Riots Making and Unmaking a Failed Coup in Brazil*, editado por Lou Caffagni, Isabel Löfgren, Gizele Martins e Paola Sartoretto, 79-94. Amsterdam: Institute of Network Cultures/Amsterdam University of Applied Sciences.
8. Ferreira, Maria Alice Silveira, Claudio Luis de Camargo Penteado, Luiza Jardim e Patrícia Dias dos Santos. 2023. "Indignação e desconfiança? As emoções no debate sobre sistema eleitoral no Twitter". Artigo apresentado no 10º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, de 9 a 11 de maio de 2023, Universidade Federal do Ceará, Brasil.
9. Grischke, Lucas Lopes. 2024. "'Festa da Selma': reflexões acerca da aplicação dos conceitos de fascismo e fake news aos ataques à democracia brasileira em 8 de janeiro de 2023". *Princípios* 43 (170): 222-38. <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2024.170.012>
10. Grootendorst, Maarten. 2022. "BERTopic: Neural Topic Modeling with a Class-based TF-IDF Procedure". arXiv: 2203.05794. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2203.05794>
11. Kydd, Andrew H. 2021. "Decline, Radicalization and the Attack on the US Capitol". *Violence: An International Journal* 2 (1): 3-23. <https://doi.org/10.1177/26330024211010043>
12. Laclau, Ernesto. 1993. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
13. Laclau, Ernesto. 2011. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
14. Laclau, Ernesto. 2013. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
15. Laclau, Ernesto e Chantal Mouffe. 2015a. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
16. Laclau, Ernesto e Chantal Mouffe. 2015b. "Pós-marxismo sem pedidos de desculpas". Em *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*, editado por Alice Casimiro Lopes e Daniel de Mendonça, 35-72. São Paulo: Annablume.
17. Mayer, Rodrigo Ricardo. 2023. "Direita populista radical na América Latina". *Revista Sul-Americana de Ciência Política* 9 (2): 1-17. <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v9i2.25915>
18. Mendes, Conrado Moreira, Fernanda Nalon Sanglard e Verônica Soares da Costa. 2024. "Desinformação e implicações para a democracia: reflexões a partir dos atentados de 8 de janeiro". *Estudos Semióticos* 20 (2): 119-136. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2024.218951>
19. Mendonça, Daniel e Alice Casimiro Lopes. 2013. "Apresentação: o populismo na visão inovadora de Laclau". Em *A razão populista*, de Ernesto Laclau, 8-17. São Paulo: Três Estrelas.
20. Mouffe, Chantal. 2015. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes.
21. Penteado, Claudio Luis de Camargo e Brauner Geraldo Cruz Junior. 2019. "Ação política na internet na era das redes sociais". *Ponto-e-Vírgula* 26: 109-122. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2019i26p109-122>
22. Pinto, Céli Regina Jardim. 2017. "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 100: 119-153. <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>
23. Recuero, Raquel. 2020. "#FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018". *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* 20 (2): 383-406.
24. Redação g1. 2025a. "Anistia pelo 8 de janeiro é rejeitada por 55% e aprovada por 35%, indica Datafolha". Globo.com, 1 de agosto de 2025. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/01/datafolha-anistia-8-janeiro.ghtml>
25. Redação g1. 2025b. "Placar do julgamento da trama golpista: veja como votaram os ministros". Globo.com, 9 de setembro de 2025. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/09/trama-golpista-placar-do-julgamento-infografico.ghtml>
26. Rocha, Camila. 2021. *Menos Marx, Mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia.
27. Ruedell, Eduardo. 2024. "Experience and Barbarism in Brasília: A Savage Journey to Understand the Heart of Brazilian Conservative Rioters". Em *The Planalto Riots Making and Unmaking a Failed Coup in Brazil*, editado por Lou Caffagni, Isabel Löfgren, Gizele Martins e Paola Sartoretto, 96-103. Amsterdam: Institute of Network Cultures/Amsterdam University of Applied Sciences.
28. Tribunal Superior Eleitoral. 2022. "100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno". Tribunal Superior Eleitoral, Comunicação, Notícias, 31 de outubro de 2022. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>
29. Santos, Patrícia Dias dos e Denise Hideko Goya. 2022. "Detecção de posicionamento e rotulação automática de usuários do Twitter: estudo sobre o embate científico-político no contexto da CPI da Covid-19". Em *Anais do Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (BRASNAM)* 11: 49-60. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação. <https://doi.org/10.5753/brasnam.2022.223212>

30. Santos, Patrícia Dias dos, Cláudio Luis de Camargo Penteado, Laura Damaceno de Almeida e Denise Hideko Goya. 2023. "Democracia sob ataque: polarização política e produção de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022". *Revista Debates* 17 (1): 41-62. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.129776>
31. Solano, Esther, org. 2018. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
32. Souza, Fábio, Rodrigo Nogueira e Roberto de Alencar Lotufo. 2020. "BERTimbau: Pretrained BERT Models for Brazilian Portuguese". Em *Brazilian Conference on Intelligent Systems*. Cham: Springer International Publishing: 403-417. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-61377-8_28
33. Žižek, Slavoj. 2017. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

Claudio Luis de Camargo Penteado

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil. Professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política na PUC-SP e do Laboratório de Tecnologias Livres na UFABC. Coordenador do Grupo de Pesquisa do Observatório de Conflitos Online. <https://orcid.org/0000-0002-8279-3643> | claudio.petenado@ufabc.edu.br

Paulo Roberto Elias de Souza

Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Pesquisador de pós-doutorado no mesmo programa e do Grupo de Pesquisa do Observatório de Conflitos Online e do Laboratório de Tecnologias Livres na UFABC. <https://orcid.org/0000-0002-5847-241X> | paulo.souza@ufabc.edu.br

Patrícia Dias dos Santos

Doutora em Ciência da Computação pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Pesquisadora de pós-doutorado na mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Observatório de Conflitos Online na UFABC. <https://orcid.org/0000-0001-5181-1637> | patriciadiassantos@gmail.com

Luana Hanaê Gabriel Homma

Doutora em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, Brasil. Pesquisadora associada no Instituto Democracia em Xequê, Brasil, e supervisora pedagógica na Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1533-2406> | luana.homma@outlook.com

